



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
 Diretoria de Administração
 Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças
 Coordenação de Gestão Administrativa
 Divisão de Infraestrutura e Manutenção Predial

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa de engenharia especializada na elaboração de estudos e projetos na área de Arquitetura e Acessibilidade, Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e Proteção contra Descargas Atmosféricas, a fim de adequar as edificações pertencentes ao Complexo Predial da Sudam à legislação e às regras vigentes e, também, às do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA), conforme condições, especificações e quantidades estabelecidas neste instrumento, observado o quadro abaixo:

ITEM	CATSERV	Descrição/Especificação	Área (m²)	Valor Unitário (R\$)	Valor Máximo (R\$)	Áreas Utilizadas
1	20060	Elaboração de Projeto arquitetônico de acessibilidade para adequação das áreas externas e internas	21.918,00 m²	8,75	191.782,50	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA, ÁREA DE VAGAS DE GARAGEM e ÁREA DE CALÇADA EXTERNA
2	20060	Elaboração de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	16.969,15 m²	1,66	28.168,79	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA
3	20060	Elaboração de Projeto de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas	12.300,00 m²	1,77	21.771,00	ÁREA DO TERRENO

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia/ arquitetura.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O contrato terá vigência de 24 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido por ato unilateral da Administração, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, sem que caiba à contratada direito a indenizações de qualquer espécie, além das consequências contratuais e das previstas em lei ou Regulamento, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5.1. O prazo de 24 meses justifica-se porque no Cronograma Físico-Financeiro, na 2ª etapa Elaboração dos Projetos de Segurança contra Incêndio e Pânico e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas, é indispensável a aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Pará - cujo o prazo é indeterminado, tendo em vista a morosidade que estes projetos levam para serem aprovados.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse de Referência.

2.2. Atender às demandas no sistema de prevenção e combate a incêndios e pânico do Complexo Predial da SUDAM, visando, em caso de sinistro, garantir a proteção e segurança das pessoas que transitam pela Superintendência, bem como seus bens patrimoniais. Assim torna-se necessária a elaboração de projetos de adequação das edificações que devem atender ao Regulamento de Segurança contra Incêndio e Emergências das Edificações e Áreas de Risco (Decreto Nº 2.230, de 5 de novembro de 2018), e as normas do CBMPA, em especial IT Nº 11, que estabelece as exigências mínimas dos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico em edificações existentes.

2.3. Adequar o Sistema de Prevenção de Descargas Atmosféricas - SPDA.

2.4. Adequação para acessibilidade das áreas externas e internas do Complexo Predial da SUDAM, conforme determinado pela Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 em conjunto com a Portaria Interministerial Nº 233, de 10 de setembro de 2020.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Contratação de empresa para a elaboração de Projetos de Combate a Incêndio e Pânico, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas, e Projeto Arquitetônico de Acessibilidade para o Complexo da SUDAM.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços que serão contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. Os serviços que serão contratados enquadram-se na categoria de serviços comuns, que trata a Lei 10520/02, por possuírem características e qualidades que podem ser objetivamente definidas pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, sendo cabível ser feita a licitação na modalidade Pregão eletrônico.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Súmula 257/2010 do TCU "O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002". A contratação de serviços de elaboração de projetos de engenharia são comuns pois suas características, padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, e as especificações são conhecidas pelo mercado pois são ditadas por órgãos reguladores oficiais (Corpo de Bombeiros do Estado do Pará, Governo do Estado do Pará, Concessionárias locais) e atender as normas da ABNT.
- 5.2. Os serviços a serem executados pela presente demanda são considerados não continuados e contratados por escopo, onde a contratante tem o dever de realizar o objeto em um determinado tempo, uma vez cumprida a prestação o contrato se exaure. Ele poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.3. O CONTRATO terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua assinatura.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

- 6.1. Caso julgue necessário o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12h e das 13h às 16 horas.
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 6.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução dos serviços objeto do presente de Referência será dividida em 02 (duas) etapas:
- a) **Primeira Etapa:** Elaboração de Projeto arquitetônico de acessibilidade para adequação das áreas externas e internas.
- b) **Segunda Etapa:** elaboração dos Projetos de Segurança contra Incêndio e Pânico e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas aprovação junto ao CBMPA;
- 7.1.1. A conclusão de uma etapa não é pré-requisito para início da etapa seguinte. O início das etapas será determinado pela emissão de Ordem de Serviço pela Fiscalização.
- 7.2. **PRIMEIRA ETAPA** – Elaboração de Projeto arquitetônico de acessibilidade para adequação das áreas externas e internas.
- 7.2.1. Consta no Anexo I-C, os arquivos digitais com as plantas baixas existentes das edificações do complexo.
- 7.2.2. Caberá à CONTRATADA:
- 7.2.2.1. Conferir todas as informações contidas nos arquivos recebidos, e atualizar-lós quando necessário;
- 7.2.2.2. Elaborar Laudo de Acessibilidade onde deverão estar descritas as conclusões sobre a conformidade da edificação às normas de acessibilidade e os projetos necessários à adaptação.
- 7.2.2.3. Elaborar projeto de arquitetura e adequação de acessibilidade, em nível executivo, conforme legislação e normativos vigentes.
- 7.2.2.4. Elaborar caderno de especificações detalhado, caderno de encargos, orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro para execução da obra com emissão de ART/RRT do Responsável Técnico da CONTRATADA.
- 7.2.2.5. A CONTRATADA deverá prever em seus orçamentos, cronogramas e especificações, todas as obras civis decorrentes das intervenções na edificação necessárias para a adequações de acessibilidade.
- 7.2.2.6. A CONTRATADA deverá apresentar planilha orçamentária detalhada, incluindo todas as composições de preços. A planilha deverá conter preços unitários e totais.
- 7.2.2.7. O custo global de referência da obra será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), conforme disposição do Decreto nº 7983/2013.
- 7.2.2.8. As planilhas orçamentárias deverão ser elaboradas de forma detalhada e com base em composições e custos unitários de serviços dos preços do SINAPI, em sua versão mais atualizada. Na hipótese da existência de composições de serviços onde não haja correspondente na referência SINAPI, poderá ser utilizado a referência SEDOP (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Pará). Persistindo a inexistência da composição e custos unitários do serviço, a **CONTRATADA** poderá adotar tabela de referência alternativa ou composições montadas pelo próprio orçamentista, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos e serviços auxiliares constantes do SINAPI e, no último caso, deverá ser realizada pesquisa de preços no mercado, sendo juntadas ao menos 3 (três) cotações de preços assinadas e carimbadas ou com a identificação da empresa. O mesmo valerá para os insumos não encontrados nas referências SINAPI e SEDOP.

7.2.2.9. A constituição das planilhas deverá estar detalhada e com a maior precisão possível, devendo a descrição dos itens e subitens manter correlação com o Projeto, e permitir sua perfeita identificação, podendo ainda citar marcas de referência, mediante a colocação obrigatória da expressão “ou de qualidade equivalente ou superior”.

7.2.2.10. Cada item das planilhas deverá ter seu respectivo subtotal, de modo a permitir fácil visualização dos custos desagregados.

7.2.2.11. A CONTRATADA não poderá compor itens ou subitens com indicação de verbas, devendo sempre ser priorizada a aplicação de parâmetros e grandezas que permitam a mensuração e a análise de sua composição.

7.2.2.12. A composição do custo de BDI - Bonificação e Despesas Indiretas – utilizada deverá ser apresentada separadamente entre materiais, equipamentos e serviços.

7.2.2.13. O Caderno de Encargos e todos os documentos em forma de texto ou planilha deverão ser elaborados com o programa padrão de informática Microsoft Office 2013 ou superior.

7.2.2.14. Na elaboração do Caderno de Encargos e Caderno de Especificações, a CONTRATADA deverá redigir os textos em linguagem clara e objetiva e primar pelo bom uso da língua portuguesa.

7.2.2.15. Ao final desta etapa, a CONTRATADA deverá entregar à Comissão de Fiscalização o Caderno de Projetos, Caderno de Especificações, Caderno de Encargos, Orçamento Detalhado, Cronograma Físico-Financeiro e ART/RRT do Responsável Técnico da CONTRATADA, em meio digital e uma cópia impressa.

7.3. SEGUNDA ETAPA - Elaboração e aprovação dos Projetos de Segurança contra Incêndio e Pânico e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas.

7.3.1. A CONTRATADA deverá realizar diagnóstico geral das instalações existentes, com emissão de parecer técnico, devendo efetuar vistorias e levantamentos in loco e propor soluções sustentáveis as problemáticas identificadas atreladas a finalidade do trabalho contratado; todos os testes necessários para verificar o real estado de funcionamento de cada um dos sistemas que compõem o presente Termo de Referência, quais sejam:

- a) sistema de proteção por hidrantes (de parede e de passeio);
- b) sistema de iluminação de emergência;
- c) sinalização de emergência e pintura de demarcação;
- d) proteção por extintores;
- e) saídas de emergência;
- f) SPDA - Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas;
- g) outros projetos que forem exigidos em lei e normativos;

7.3.2. A CONTRATADA deverá informar, por meio do Relatório Técnico, devidamente assinado, com base nas vistorias, quais as inconformidades dos sistemas instalados de acordo com as normas técnicas atualizadas, e quais as soluções sustentáveis necessárias para promover a adequação.

7.3.3. A CONTRATADA deverá elaborar todos os projetos que compõem os Sistemas de Proteção contra Incêndio e Pânico e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas, e que serão objeto de aprovação por parte do CBMPA bem como os projetos necessários à adequação das edificações às condições necessárias para resguardar a segurança do transeuntes e bens patrimoniais.

7.3.4. A CONTRATADA se responsabilizará pelo pagamento das taxas e encargos necessários à aprovação do projeto nos órgãos de fiscalização.

7.3.5. Caberá à CONTRATADA:

7.3.5.1. Elaborar todos os projetos necessários à aprovação junto ao CBMPA quais sejam:

- a) iluminação de emergência;
- b) sinalização de emergência;
- c) saídas de emergência;
- d) proteção por extintores;
- e) alarme e detecção;
- f) SPDA - Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas;
- g) outros projetos que se fizerem necessários.

7.3.5.2. A CONTRATADA deverá desenvolver os projetos executivos completos, com o objetivo de adequar a edificação às normas técnicas vigentes.

7.3.5.3. Os projetos deverão contemplar a elaboração das plantas com desenhos dos pavimentos e todos os detalhes necessários à perfeita execução do projeto, para a detalhada descrição do objeto de licitação e contratação da obra, e para a devida aprovação junto ao CBMPA.

7.3.5.4. A CONTRATADA deverá elaborar caderno de especificações detalhado, caderno de encargos, orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro para execução da obra com emissão de ART/RRT do Responsável Técnico da CONTRATADA.

7.3.5.5. A CONTRATADA deverá prever em seus orçamentos, cronogramas e especificações, todas as obras civis decorrentes das intervenções na edificação necessárias para as adequações da edificação às normas técnicas vigentes.

7.3.5.6. A CONTRATADA deverá apresentar planilha orçamentária detalhada, incluindo todas as composições de preços. A planilha deverá conter preços unitários e totais.

7.3.5.7. O custo global de referência da obra será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de

Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), conforme disposição do Decreto nº 7983/2013.

7.3.5.8. As planilhas orçamentárias deverão ser elaboradas de forma detalhada e com base em composições e custos unitários de serviços dos preços do SINAPI, em sua versão mais atualizada. Na hipótese da existência de composições de serviços onde não haja correspondente na referência SINAPI, poderá ser utilizado a referência SEDOP (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Pará). Persistindo a inexistência da composição e custos unitários do serviço, a **CONTRATADA** poderá adotar tabela de referência alternativa ou composições montadas pelo próprio orçamentista, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos e serviços auxiliares constantes do SINAPI e, no último caso, deverá ser realizada pesquisa de preços no mercado, sendo juntadas ao menos 3 (três) cotações de preços assinadas e carimbadas ou com a identificação da empresa. O mesmo valerá para os insumos não encontrados nas referências SINAPI e SEDOP.

7.3.5.9. A constituição das planilhas deverá estar detalhada e com a maior precisão possível, devendo a descrição dos itens e subitens manter correlação com o Projeto, e permitir sua perfeita identificação, podendo ainda citar marcas de referência, mediante a colocação obrigatória da expressão “ou de qualidade equivalente ou superior”.

7.3.5.10. Cada item das planilhas deverá ter seu respectivo subtotal, de modo a permitir fácil visualização dos custos desagregados.

7.3.5.11. A CONTRATADA não poderá compor itens ou subitens com indicação de verbas, devendo sempre ser priorizada a aplicação de parâmetros e grandezas que permitam a mensuração e a análise de sua composição.

7.3.5.12. A composição do custo de BDI - Bonificação e Despesas Indiretas – utilizada deverá ser apresentada separadamente entre materiais, equipamentos e serviços.

7.3.5.13. O Caderno de Encargos e todos os documentos em forma de texto ou planilha deverão ser elaborados com o programa padrão de informática Microsoft Office 2013 ou superior.

7.3.5.14. Na elaboração do Caderno de Encargos e Caderno de Especificações, a CONTRATADA deverá redigir os textos em linguagem clara e objetiva e primar pelo bom uso da língua portuguesa.

7.3.5.15. A CONTRATADA deverá protocolar o Projeto de Incêndio junto ao CBMPA, anexando o Projeto de Arquitetura aprovado, Requerimento de Projeto de Incêndio e a ART/RRT do Responsável Técnico da CONTRATADA.

7.3.5.16. Ao final desta etapa, a CONTRATADA deverá entregar à Comissão de Fiscalização o Caderno de Projetos, Caderno de Especificações, Caderno de Encargos, Orçamento Detalhado, Cronograma Físico-Financeiro e ART/RRT do Responsável Técnico da CONTRATADA, em meio digital e uma cópia impressa.

7.4. No escopo de todos os projetos a CONTRATADA deve ainda:

7.4.1. Incluir nas planilhas orçamentárias os serviços necessários para a adequação do projeto à obra, como demolições e reaproveitamento de materiais, entre outros.

7.4.2. Incluir na planilha orçamentária os equipamentos que se incorporarão diretamente à obra, ou que necessitarão de infraestrutura especial executada, de modo que os mesmos sejam fornecidos, instalados e testados pela empresa que executará a obra.

7.4.3. Adotar soluções que ofereçam facilidade de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação.

7.4.4. Adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a adequação do empreendimento.

7.4.5. Adotar soluções técnicas que ofereçam segurança aos funcionários e usuários e proteção contra roubos, furtos e vandalismo.

7.4.6. Definir todos os equipamentos necessários à operacionalização do sistema de combate à incêndio e pânico das edificações, apresentando lista com identificação e descrição dos equipamentos que se incorporarão à obra.

7.4.7. Viabilizar soluções técnicas sob os princípios da sustentabilidade em prédios públicos.

7.5. **DO HORÁRIO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.5.1. Os serviços que necessitem ser executados dentro dos edifícios da SUDAM, deverão ocorrer em dias úteis, no horário das 08h às 17h, salvo nos casos constantes no subitem seguinte, que deverão ocorrer na forma ali descrita.

7.5.2. Serviços que impliquem transtorno ou interrupção no fornecimento das infraestruturas oferecidas pelos sistemas hidráulico, sanitário, elétrico, de redes de dados, de prevenção e combate a incêndio e pânico, de condicionamento de ar e exaustão, ou que provoquem a paralisação de sistemas automáticos e/ou possam provocar a ativação de um alarme, devem ser agendados com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis e deverão ocorrer fora dos horários de expediente, em períodos noturnos e em finais de semana, não implicando custos adicionais à CONTRATADA.

7.6. **INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.6.1. Até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá se reunir com a Fiscalização com o objetivo de apresentar os profissionais responsáveis pelos trabalhos e receber as informações pertinentes, tais como plantas e demais documentos necessários à elaboração dos projetos.

7.6.2. O início da execução dos serviços objeto deste termo de referência só será iniciado após a emissão de Ordem de Serviço pela Fiscalização.

7.7. **DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.7.1. Os prazos de execução de cada Etapa foram determinados em função de sua complexidade e do respectivo projeto que será resultado.

7.7.2. O prazo previsto para realização dos serviços de cada Etapa somente inicia-se a partir do recebimento, pela CONTRATADA da Ordem de Serviço emitida pelo Fiscal do Contrato, e será contado em dias corridos conforme constante no quadro a seguir:

Prazos para realização de cada etapa			
Etapas	Descrição sintética da Etapa	Prazo Máximo	Marco Inicial
Primeira	Elaboração e aprovação do Projeto arquitetônico de acessibilidade para adequação das áreas externas e internas	120 dias	Emissão da Ordem de Serviço
Segunda	Elaboração dos Projetos de Segurança contra Incêndio e Pânico e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas e aprovação junto ao CBMPA.	120 dias	Emissão da Ordem de Serviço

7.7.3. A contagem dos prazos apresentados acima será interrompida sempre que os produtos da etapa em execução forem submetidos a análises tanto da Fiscalização quanto do CBMPA.

7.7.4. A obrigação da em alterar, revisar e corrigir, a partir das notificações, os projetos e demais documentos submetidos ao CBMPA não cessará até que seja obtida a aprovação dos mesmos.

7.7.5. Antes de findarem os prazos fixados nos itens acima poderá ser solicitado, por meio de requerimento formal à SUDAM, a prorrogação do prazos de execução da etapa devidamente motivado respeitando o tempo de vigência contratual, o que será analisado e decidido pela SUDAM, e caso não acatado poderá gerar a abertura de procedimento apuratório para aplicação de penalidade à contratada por descumprimento de cláusula contratual.

7.8. DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.8.1. Os pagamentos serão realizados com base na conclusão das etapas previstas no item 7.7, bem como ainda condicionados à emissão dos respectivos termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo.

7.8.2. Os valores relativos ao montante para pagamento de cada etapa é detalhado a seguir, tendo como base o valor total do contrato:

Cronograma de desembolso			
Etapas	Descrição sintética da Etapa	Percentual de desembolso	Marco para pagamento
Primeira	Elaboração e aprovação do Projeto arquitetônico de acessibilidade para adequação das áreas externas e internas	35%	Emissão do Termo de Recebimento
Segunda	Elaboração dos Projetos de Segurança contra Incêndio e Pânico e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas e aprovação junto ao CBMPA.	65%	Emissão do Termo de Recebimento

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. Caracterização de atores que participarão da gestão do contrato:

8.1.1. CONTRATANTE - Órgão setorial ou seccional do SISG - Sistema de Serviços Gerais que contrata a execução de serviços de manutenção de um componente ou sistema da edificação. Neste documento, trata-se da SUDAM.

8.1.2. CONTRATADA - empresa proponente vencedora do certame licitação com a qual se assinou o contrato.

8.1.3. FISCAL DO CONTRATO - representante da administração, especialmente designado, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do Decreto nº 9.507/2018, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

8.1.4. ORDEM DE SERVIÇO - é o documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução dos contratos de prestação de serviços eventuais, que deverá estabelecer quantidades estimadas, prazos e custos da atividade a ser executada, e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado.

8.2. O mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre a Contratada e a Contratante são:

8.2.1. O meio prioritário de comunicação entre a Contratada e a Contratante será por email a ser fornecido pelo representante da empresa, bem como o contato telefônico.

8.2.2. Quaisquer alterações de e-mail e número telefônico informados, a contratada deverá comunicar à Contratante de imediato e formalmente.

8.2.3. Quando a Contratante julgar necessária, a comunicação poderá ser feita po meio de ofício a ser enviado pela Diretoria de Administração.

8.3. Os serviços deverão ser implementados por etapas, de acordo com o mencionado no Item 7.

8.4. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

8.5. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representantes da contratante, que poderá utilizar-se da contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, em consonância com as disposições do art. 67 da Lei nº

8.666/1993.

8.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade das empresas contratadas pelos danos causados à contratante ou a terceiros decorrentes de ato ilícito na execução do contrato. Além disso, a ocorrência de irregularidades não implica em corresponsabilidade da contratante.

8.7. A avaliação da qualidade e da adequação dos serviços ocorrerá a cada entrega de produtos previstos nas Ordens de Serviço, e será realizada pelo Fiscal Técnico do Contrato com base nos indicadores definidos neste documento, a partir dos registros das demandas mantidos pela SUDAM. Para avaliar a qualidade dos serviços prestados, o SUDAM poderá utilizar os registros gerados por outras empresas contratadas.

8.8. Os serviços executados deverão atender aos níveis de serviços estabelecidos pelo indicador abaixo, para cada tipo de serviço contratado. A empresa contratada estará sujeita, garantido o contraditório e a ampla defesa, às sanções administrativas em função dos indicadores obtidos abaixo da faixa de ajuste. A aplicação dos ajustes do pagamento não exclui a aplicação de sanções previstas neste documento.

8.9. Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Finalidade	Garantir o atendimento à execução das Ordens de Serviço dentro do prazo acordado.
Escopo de aplicação	Este indicador se aplica aos itens do escopo de fornecimento referentes aos Serviços de Garantia e Catálogo de Serviços.
Forma de aferição	Será apurado o indicador de atraso entre a data acordada para execução da Ordem de Serviço e a data efetiva de recebimento pela SUDAM.
Responsável pela aferição	O fiscal do contrato será o responsável pela aferição.
Mecanismo de cálculo	IAE = QDA/PPE Onde: Quantidade de Dias de Atraso – Q.D.A é a quantidade de dias decorridos após o prazo de entrega. Ela é obtida pela subtração da quantidade de dias efetivamente utilizados para a entrega subtraídos da quantidade de dias planejados para a entrega. Prazo Planejado para Entrega – PPE é a quantidade de dias planejados para a entrega, conforme estabelecido neste Termo de Referência. Ambos são medidos em dias corridos. Indicador de Atraso nas Execuções (IAE) e indicador de atraso na execução da Ordem de Serviço.
Periodicidade	A cada Ordem de Serviço emitida.
Cobertura	Durante toda a vigência contratual.
Faixas de Ajuste no pagamento	Se: IAE < ou = 0, não há ajuste, uma vez que o nível desejado foi atingido; 0 < IAE < ou = 0,3 a empresa contratada será comunicada do fato, uma vez que foi constatado um atraso, entretanto sem aplicação de glosa ou penalidade; IAE > 0,3, será solicitada uma justificativa à empresa contratada e, caso SUDAM não acate a justificativa, será aplicado um fator de desconto conforme a expressão abaixo: $VF = VI \times [1 - (IAE/10)]$ Onde: Valor Final – VF é o valor final da demanda, projeto ou etapa, após a aplicação do desconto referente a este indicador. Esse valor descontado será o faturado pela empresa contratada; Valor Inicial – VI é o valor aferido da demanda, projeto ou etapa antes da aplicação do desconto referente a este indicador
Sanções	IAE > 2,0 será solicitada uma justificativa à empresa contratada e, caso a SUDAM não acate a justificativa, poderá ser caracterizada inexecução da demanda, projeto ou etapa, com a aplicação das penalidades previstas no contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.2. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 9.11. Exigir da Contratada a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 9.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste de Referência e em sua proposta.
- 10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos a Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 10.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n.5/2017;
- 10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 10.7. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 10.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.9. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e/ou identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.10. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 10.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.
- 10.12. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.
- 10.13. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE.
- 10.14. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a relatar à toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 10.15. Relatar à toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previstos inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 10.21. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 10.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATADA.
- 10.23. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATADA.

- 10.24. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 10.25. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010).
- 10.26. Obter junto ao conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 10.27. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste de Referência e seus anexos, conforme artigo da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.27.1. Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;
- 10.28. Assegurar à CONTRATANTE em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MPnº 5, de 25/05/2017:
- 10.28.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 10.28.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 10.29. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este de Referência, no prazo determinado.
- 10.30. Submeter previamente, por escrito, à para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.31. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela CONTRATADA que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.
- 10.32. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.
- 10.33. Arcar com todos os custos de plotagem das pranchas e todos os documentos necessários para a aprovação no Corpo de Bombeiro do Estado do Pará, na quantidade determinada por aquele órgão.
- 10.34. Serão de exclusiva responsabilidade da eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- 10.35. A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com as condições descritas neste Termo de Referência, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 10.36. A CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 13.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 13.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente

realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. O fiscal técnico deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.10. A fiscalização técnica da execução dos serviços observará, no que couber, o Anexo VIII-A, IN SEGES/MP nº 05/2017, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

13.10.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;ou

13.10.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.11. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.12. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.13. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.18. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

14.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

14.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

14.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

14.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.2.1.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.2.1.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.2.1.3. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

14.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.3. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à por escrito, as respectivas correções;

14.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

14.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

15.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.2.2. No prazo de até 15 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3. No prazo de até 15 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à por escrito, as respectivas correções;

15.3.2. Emitir Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4.1. Constatando-se, junto ao a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.5.1. o prazo de validade;

15.5.2. a data da emissão;

15.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

15.5.4. o período de prestação dos serviços;

15.5.5. o valor a pagar; e

15.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.7.1. não produziu os resultados acordados;

15.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.9. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

15.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.11. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.16. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

15.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.18.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I=(TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

$$I = \text{índice de atualização financeira;}$$

$$TX = \text{Percentual de taxa de juros de mora anual; EM} = \text{Encargos moratórios;}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP} = \text{Valor da parcela a ser paga.}$$

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC - Índice Nacional da Construção Civil, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que não se trata de contratação de mão de obra ostensiva e nem de execução de obra de engenharia e, ainda, que os pagamentos serão feitos mediante a entrega de cada etapa de serviço.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 18.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 18.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 18.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
 - 18.1.5. cometer fraude fiscal.
- 18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 18.2.2. **Multa de:**
- 18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 18.2.2.2. 2% (dois por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 18.2.2.3. 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 18.2.2.4. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - 18.2.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 18.2.3. **Suspensão de licitar** e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 18.2.4. **Sanção de impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 18.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 18.1 deste Termo de Referência.
- 18.2.5. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 18.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 18.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 18.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 18.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 18.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
 - 18.4.4. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 18.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. DA RESCISÃO

19.1. São motivos para rescisão de maneira automática critério da CONTRATANTE, independente de interpelação judicial, em qualquer fase de execução, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização de qualquer espécie, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) Descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer das obrigações contratuais, especificações ou prazos, salvo se a CONTRATANTE optar pela aplicação de multa prevista na Lei nº 8.666/93;
- b) Não permitir ou impedir o livre acesso do pessoal credenciado pela CONTRATANTE para exercer a fiscalização dos serviços, bem como o desatendimento de suas determinações regulares;
- c) por determinação superior, visando disciplinar a Administração Federal.

19.2. A Sudam poderá ainda rescindir de pleno direito o contrato que vier a ser assinado em decorrência desta licitação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa quando ocorrerem quaisquer das situações descritas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, ou quando:

- a) Vier a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;
- b) Quebrar o sigilo profissional;
- c) Utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e as quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as condições estabelecidas pela Sudam; e
- d) Na hipótese de ser anulada a adjudicação em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

19.3. Reserva-se ainda à CONTRATANTE o direito de rescindir o presente Contrato, no todo ou em parte, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato, mediante aviso por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

19.4. Convindo às partes, poderá este Contrato ser rescindido por mútuo acordo, sempre que esta rescisão não traga prejuízo à CONTRATANTE;

19.5. Qualquer que seja a hipótese de rescisão fica a CONTRATADA responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas dela decorrentes;

19.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

19.7. Aplicam-se, ainda, as disposições dos arts. 77 a 80, combinados com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93, no caso de inexecução e rescisão do presente Contrato, como se neste instrumento transcritas fossem;

19.8. Resguarda-se o direito à Administração, de qualquer tempo rescindir este contrato, desde que devidamente justificada a conveniência administrativa, na forma em lei permitida.

19.9. Ficam reconhecidos os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

20.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação;

20.3.2.1. 5.000,00 metros quadrados para Projeto de segurança contra incêndio e pânico;

20.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

20.3.4. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

20.3.4.1. Identificação do(s) local(is) em que foram realizados os serviços;

20.3.4.2. Descrição dos serviços realizados;

20.3.4.3. Data de emissão do atestado;

20.3.4.4. Indicar se os serviços foram realizados total ou parcialmente;

20.3.4.5. Identificação do contratante e assinatura de seu representante legal.

20.3.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

20.3.6. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

20.3.6.1. 5.000,00 metros quadrados para Projeto de segurança contra incêndio e pânico;

20.3.7. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

20.3.8. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. Valor Global: R\$ 241.722,29 (duzentos e quarenta e um mil setecentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos).

20.5. O critério de julgamento da proposta será o menor valor global.

20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

21.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

21.2. Tal valor foi obtido a partir da Pesquisa de Preços inserida nos autos do processo.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

22.1. Há previsibilidade para a referida aquisição através de orçamento de 2020 na fonte 0100 e Natureza da despesa 33.90.39.16.

Elaborado por:

Marcos Antonio Tavares de Sousa - Engenheiro Civil

De acordo:

Vilmara Ferreira Salgado - Coordenadora da CGA

Aprovo:

Rogério Matos dos Santos - Diretor de Administração

ANEXO I-A

CARACTERÍSTICAS DOS IMÓVEIS

O complexo predial da SUDAM possui as seguintes características:

BLOCO "A"			
DESCRIÇÃO DO PRÉDIO	ANDAR	ÁREA (M²)	TOTAL (M²)

4 pavimentos	446,40	1.785,60
Pavimento em concreto armado, incluindo o térreo.		
Ano de construção: 1971		

BLOCO "B"			
DESCRIÇÃO DO PRÉDIO	ANDAR	ÁREA (M²)	TOTAL (M²)
	4 pavimentos	446,40	1.785,60
Pavimento em concreto armado, incluindo o térreo.			

BLOCO "C"			
DESCRIÇÃO DO PRÉDIO	ANDAR	ÁREA (M²)	TOTAL (M²)
	Térreo – 4° pav.	944,43	6.883,50
	5° pav. – 7° pav.	819,19	
	8° pav.	648,19	
Pavimento em concreto armado, incluindo o térreo.			

BLOCO "D"			
DESCRIÇÃO DO PRÉDIO	ANDAR	ÁREA (M²)	TOTAL (M²)
Gráfica/ Sanitários	Térreo	341,01	682,02
Restaurante/ Gráfica	1º pav.	341,01	
Pavimento em concreto armado, incluindo térreo.			
Ano de construção: 1975			

BLOCO “E”				
DESCRIÇÃO DO PRÉDIO	ANDAR	ÁREA (M²)	TOTAL (M²)	
Biblioteca/ BASA/ Almojarifado	Térreo	1.154,23	2.308,46	
Pavimento térreo em concreto armado.				
Desocupado	1º pav.	1.154,23		
1º pavimento em pilares de concreto armado e piso de madeira.				

BLOCO "F"			
DESCRIÇÃO DO PRÉDIO	ANDAR	ÁREA (M²)	TOTAL (M²)
	Térreo	716,70	1.433,40
	1º pav.	716,70	
Pavimento em concreto armado, incluindo térreo.			
Ano de construção: 1966			

BLOCO "G"			
DESCRIÇÃO DO PRÉDIO	ANDAR	ÁREA (M²)	TOTAL (M²)
Depósito Patrimônio	Térreo	130,34	130,34
Pavimento em concreto armado.			

BLOCO "H"			
DESCRIÇÃO DO PRÉDIO	ANDAR	ÁREA (M²)	TOTAL (M²)
Garagem	Térreo	153,03	268,77
Pavimento térreo com pé-direito duplo.			
Oficina mecânica	Térreo - 1º pav.	57,87	
1º pavimento em concreto armado.			

BLOCO "I"			
DESCRIÇÃO DO PRÉDIO	ANDAR	ÁREA (M²)	TOTAL (M²)
Arquivo geral	Térreo	302,23	610,01
	1º pav.	307,78	
Pavimento em concreto armado, incluindo térreo.			

BLOCO "J"			
DESCRIÇÃO DO PRÉDIO	ANDAR	ÁREA (M²)	TOTAL (M²)
Espaço cultural João Pinto	Térreo	213,91	1.041,78
Auditório central (capacidade para 226 pessoas)	1º pav.	827,87	
Pavimento em concreto armado, incluindo o térreo.			
Auditório com pé-direito duplo.			
Ano de construção: 1975. Reformado em 2011.			

DESCRIÇÃO DOS PRÉDIOS	Nº PAVIMENTOS	ÁREA CONSTRUÍDA (M²)
		ANDAR TOTAL

RECEPÇÃO			
Pavimento em concreto armado	1,00	29,20	29,20
Laje inferior em concreto armado	1,00	67,45	67,45
Laje superior em concreto armado	1,00	83,90	83,90

Construção: 2011.

DESCRIÇÃO DOS PRÉDIOS	Nº PAVIMENTOS	ÁREA CONSTRUÍDA (M²)	
		ANDAR	TOTAL
GUARITAS			
SP1	1,00	5,17	5,17
SP2	1,00	5,30	5,30

Construção: 2011.

A área real global do edifício é de:

ÁREA CONSTRUÍDA ¹	16.969,15
ÁREA DO TERRENO ²	12.300,00
ÁREA EDIFICADA ³	4.789,07
ÁREA DE VAGA DE GARAGEM ⁴	3.878,85
ÁREA DE CALÇADA EXTERNA	1.070,00

¹ Soma das áreas de todos os pavimentos dos blocos do complexo predial da SUDAM.² Área definida de acordo com as coordenadas medida in loco.³ Soma das áreas do térreo de todos os blocos.⁴ Área correspondente às vagas dos veículos automotores e suas manobras.

ANEXO I-B

MODELO DE PROPOSTA

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº _____ – SUDAM, apresento nossa proposta de preços para prestação serviços de elaboração de estudos e projetos na área de Arquitetura e Acessibilidade, Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e Proteção contra Descargas Atmosféricas, objeto do referido processo licitatório. Para tanto, oferecemos a essa Instituição o desconto para o item a seguir, em conformidade com as exigências e condições estabelecidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA:

ITEM	CATSERV	Descrição/Especificação	Área (m²)	Valor Unitário	Valor Total
1	20060	Elaboração de Projeto arquitetônico de acessibilidade para adequação das áreas externas e internas	21.918,00m²		
2	20060	Elaboração de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	16.969,15 m²		
3	20060	Elaboração de Projeto de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas	12.300,00 m²		

A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da proposta, observado o disposto no caput e parágrafo único do art. 110 da Lei nº 8.666/93.

Executaremos o objeto conforme as condições e especificações do Termo de Referência e da Ordem de Serviço-OS.

Declaramos, para todos os fins, que a execução do objeto se dará de acordo com especificações definidas nesta proposta e respeitando o estabelecido em Edital e seus Anexos.

Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do Contrato, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

Dados da Empresa:

Razão Social:

CNPJ/MF:

Endereço:

Cidade:

Tel.: Fax:

Banco:

UF:

E-mail:

Agência:

Insc. Estadual:

Bairro:

CEP:

Conta Corrente:

Local e Data

Diretor ou representante legal - Identidade

Nome legível/Carimbo da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Tavares de Sousa, Engenheiro Civil**, em 13/11/2020, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vilmara Ferreira Salgado, Coordenador**, em 13/11/2020, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0293968** e o código CRC **93DE488F**.